

Ata

ATA DA 67ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA 1 DO COMITÊ DA BACIA
2 HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÓPEBA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2025.

3

4 Aos dias 25 de março de 2026, os conselheiros do Comitê de Bacia Hidrográfica
5 do Rio Paraopeba (CBH Paraopeba) reuniram-se para a realização da 67ª
6 Reunião ordinária do CBH do Rio Paraopeba, no Plenário Isaías de Barros Abreu
7 da sede do comitê, localizada na rua Inconfidência, 254, Centro, Betim.
8 Conselheiros presentes: Júlio Nunes – CODEVASF, Robson Rodrigues dos
9 Santos – IGAM, Lauro Batista Tuler – IEF, Guilherme Leão – SEAPA, Fernanda
10 Lobo – ARMBH, Júlio César Mascarenhas – SEMAD, Francisco de Assis –
11 Município de Ouro Preto, Viviane Pires Município de Ouro Preto, Natália de
12 Vasconcelos – Município de Jeceaba, Pedro Americo – Município de Igarapé,
13 Alex de Menezes – Município de Ibitiré, Aline Cardoso – Município de Rio Manso,
14 Márcia Cristina Ribeiro – Município de Caetanópolis, Winston Caetano –
15 Associação Veredas & Cerrados, Julia Vignolo – Abrace a Serra da Moeda,
16 Naiara Dias – CRBIO 04, Adilson Ramos – SINDÁGUA, Germano Luiz Vieira –
17 OAB, Arnaldo Freitas – CEFET-MG, Heleno Maia – IHMBIO, Vladimir Araújo –
18 IHMBIO, Altino Rodrigues – Instituto Ibi Auá, Bianca da Silva – Instituto Inhotim,
19 Rafael Tavares – IBRAM, Gabriele Souza – FIEMG, Andréa de Oliveira – CSN,
20 Gabriel dos Reis – Ardósias Figueiredo & Almeida Ltda, Guilherme da Silva –
21 FAEMG, Gabriela Andersen – SINDIEXTRA, Participaram também: Ohany
22 Ferreira, Rubia Massur, André Rodrigues, Gisele Nobre e Elaine de Oliveira
23 Pereira – Agência Peixe Vivo (APV); e Brenda Monteiro, Emerson Silva, Michael
24 Jacks, José Geiddo, Giuliane Portes, Larissa Silva, Thelma Lumaa, Célia Souza
25 e Bárbara Passos. Pauta: 1 Item. Abertura da sessão e verificação de quórum.
26 2 Item. Discussão e votação de alteração da DN CBH Paraopeba nº XX /2026
27 que aprova o Plano Orçamentário Anual (POA) 2026.3 Item. Projeto de
28 Recuperação de Áreas degradadas na AID e AII do Ribeirão Ferro Carvão. Este
29 Projeto atende a Condicionante 07 da Licença de Operação Corretiva (LOC); s
30 – Vale S.A.4 Item. Outorga da Barragem VI (Barramento com regularização de
31 vazão). Este licenciamento se faz necessário para futuro pedido para captação
32 de recursos hídricos para continuidade do projeto para disposição hidráulica de
33 rejeito no interior da Cava de feijão - Vale S.A. 5 Item. Informes:5.1. I Fórum
34 Águas do Paraopeba.5.2. Composição das Câmaras Técnicas CTIL e CTEM 6
35 Item. Assuntos Gerais. 7 Item. Encerramento. 1. Abertura da sessão e
36 verificação de quórum. O Sr. presidente, Heleno Maia, declara aberta a reunião
37 plenária, cumprimentando os presentes, agradecendo a todos, e anuncia a
38 presença do Diretor-geral do IGAM, Marcelo da Fonseca. Verificado o quórum e
39 sendo constatada a existência de número regimental para deliberação, a
40 execução do Hino Nacional Brasileiro é iniciada. Com a palavra, o Diretor-Geral
41 do IGAM cumprimenta os presentes e registra sua satisfação em retornar ao
42 plenário, destacando que a última participação ocorreu por ocasião da
43 aprovação do Plano Diretor. Marcelo Fonseca ressaltava a importância do
44 momento para a bacia, considerando que está em pauta o POA da entidade e
45 informa que, ao longo dos últimos meses, ocorreram ruídos de comunicação,
46 inclusive ao final da última reunião plenária, motivo pelo qual foi encaminhada
47 uma circular aos conselheiros com esclarecimentos sobre a pauta discutida e
48 explica que o processo de aprovação do POA deve ocorrer ao final do exercício
49 anterior, a fim de evitar prejuízos à execução no exercício subsequente,

conforme modelo adotado nos orçamentos públicos. O Diretor-50 geral esclarece
51 que, no caso do CBH Paraopeba, o POA referente ao exercício de 2025 não foi
52 aprovado no prazo regulamentar, sendo este o único comitê nessa situação.
53 Marcelo Fonseca esclarece que, diante da não aprovação do POA em dezembro,
54 foi encaminhada uma notificação no final daquele mês, concedendo prazo de até
55 30 dias para regularização, o que não ocorreu. Em razão disso, foi adotada a
56 suspensão parcial da execução do contrato de gestão, limitando-se às despesas
57 já contratadas, com a ressalva de que, caso o POA não seja aprovado até o mês
58 de junho, poderá haver suspensão integral do contrato. Ele esclarece que a
59 equipe técnica da GEAB elaborou documento técnico listando ações necessárias
60 para a correta execução do contrato, incluindo novas notificações ao Comitê e à
61 Agência, bem como a possibilidade de encaminhamento ao Conselho Estadual
62 de Recursos Hídricos para apuração de eventual responsabilização da Diretoria.
63 Marcelo Fonseca explica que tal encaminhamento não configura recomendação
64 de destituição da Diretoria, mas que este é apenas um dos procedimentos
65 administrativos possíveis. O Diretor-geral do IGAM manifesta a expectativa de
66 que o impasse seja superado na presente reunião, permitindo a retomada
67 integral das atividades da Agência Peixe Vivo e esclarece, ainda, que qualquer
68 denúncia recebida pelo IGAM é formalmente apurada, sendo encaminhada à
69 Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE) e que, no caso específico,
70 foi recebida uma denúncia anônima que recomendou o envio também ao
71 Ministério Público de Minas Gerais e esclarece que não realiza juízo de valor
72 sobre membros do Comitê, limitando-se ao cumprimento do dever funcional de
73 encaminhamento às autoridades competentes e informa que o expediente
74 também foi encaminhado à Comissão de Ética da SEMAD, não havendo, até o
75 momento, conclusões dos órgãos competentes. Por fim, Marcelo Fonseca
76 convida os presentes a participarem da Semana da Água 2026, em andamento
77 desde a segunda-feira, cujo tema é “Água e Gênero”, com foco na participação
78 das mulheres na gestão de recursos hídricos. Destaca que o evento contará com
79 atividades presenciais e virtuais. O Diretor-geral agradece a atenção dos
80 presentes e coloca o IGAM à disposição, informando que a equipe técnica se
81 encontra presente na reunião, destacando Michael Jacks, gerente da GEAB,
82 para esclarecimentos sobre o contrato de gestão. Heleno Maia manifesta sua
83 insatisfação com a denúncia apresentada que mencionava, inclusive, uma
84 homenagem recebida que o intitulavam como “Imperador do Paraopeba”,
85 associadas ao nome de sua propriedade rural que se chama Imperatriz do
86 Paraopeba. Fala que o questionamento do Ministério Público tem como ponto
87 central à sede do Comitê. Ele relata que em reunião com MP questionou
88 diretamente a promotora acerca da caracterização do crime de corrupção,
89 destacando que este pressupõe o recebimento de vantagem pessoal ou para
90 beneficiar terceiros e afirma que não recebeu qualquer benefício pessoal,
91 esclarecendo que a solicitação feita foi de uma sede para o Comitê, e questiona
92 qual vantagem pessoal teria sido obtida. Heleno Maia, afirma que sua atuação
93 sempre se pauta pela economicidade, ressaltando que essa postura é recorrente
94 em suas manifestações no plenário e informa que a busca por economicidade
95 ocorreu, inclusive, em orientação recebida por e-mail do próprio IGAM, no
96 sentido de buscar parcerias com usuários da bacia para viabilização da sede do
97 Comitê. Ele relata que essa iniciativa gerou ampla discussão, culminando em
98 questionamentos junto ao Ministério Público e à Comissão de Ética. Registra que
99 sua insatisfação na reunião anterior decorreu exclusivamente da forma como a
nota técnica do Igam foi redigida, a qual, em sua avaliação, 100 indicava pedido de
101 cassação encaminhado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos,
102 procedimento inadequado. Na sequência, o Presidência coloca a ata da 45ª
103 reunião extraordinária, realizada em discussão e votação, sendo aprovada
104 com abstenção de Germano Luiz por não ter participado. Dando continuidade, o
105 Presidente propõe a inversão da pauta, priorizando os itens 5.1 e 5.2, e justifica

106 a medida considerando que o tema subsequente demandará uma discussão
107 mais aprofundada. A proposta é acatada pelo plenário. 5. Informes:5.1. I Fórum
108 Águas do Paraopeba. Fernanda Lobo, Coordenadora do Grupo de Trabalho
109 Fórum das Águas do Paraopeba fala sobre a importância da participação dos
110 conselheiros e de suas instituições para o sucesso do evento e informa que será
111 realizado nos dias 15 e 16 de abril, no Inhotim – Brumadinho. Fernanda destaca
112 que o evento foi organizado por uma equipe ampla, com participação de várias
113 instituições que compõem o conselho do CBH Paraopeba. Ela informa que o
114 Fórum contará com a participação de representantes relevantes nas áreas de
115 recursos hídricos das esferas regional, estadual e nacional, o que fortalece o
116 debate técnico. A coordenadora detalha a programação dos dois dias de evento.
117 Andrea Oliveira solicita esclarecimento sobre a confirmação da inscrição e
118 questiona sobre como o inscrito saberá se a inscrição foi realizada corretamente
119 após o preenchimento do formulário. A Coordenadora explica que, a partir da
120 próxima semana, todas as inscrições receberão as confirmações por e-mail,
121 tanto as inscrições quanto as solicitações de transporte e acrescenta que,
122 considerando que o acesso ao Inhotim pode ser difícil para algumas pessoas, o
123 evento disponibilizará dois ônibus, com saídas de pontos estratégicos da cidade
124 de Belo Horizonte e Betim para aqueles que não disponham de veículo próprio
125 ou institucional e orienta que, no momento da inscrição, marque a opção de
126 transporte e indique o ponto de embarque mais adequado. Heleno Maia
127 considera pertinente contextualizar o processo de escolha do Instituto Inhotim,
128 bem como a forma como o espaço foi disponibilizado para a realização do
129 evento. Fernanda Lobo esclarece que a escolha do local se baseia na busca por
130 um espaço estratégico que remeta à imagem da bacia do rio Paraopeba,
131 evidenciar a beleza da região, aspecto que o Inhotim representa de forma
132 significativa, contribuindo de maneira enriquecedora para a bacia. Destaca ainda
133 a atratividade do local para o público, uma vez que a realização de evento no
134 Inhotim desperta maior interesse e informa que o Inhotim integra o CBH
135 Paraopeba por meio de representação no colegiado, mencionando que Bianca
136 da Silva atua como intermediadora, apoiando tanto na viabilização do espaço
137 quanto na organização do evento e acrescenta que, embora não esteja
138 formalmente instituída no grupo responsável pela elaboração do evento, a
139 referida representante de Inhotim participa das reuniões e presta apoio contínuo.
140 Heleno Maia questiona se a cessão do espaço ocorreu de forma gratuita e
141 Fernanda Lobo confirma. 5.2. Composição das Câmaras Técnicas CTIL e
142 CTEM. Heleno Maia clarifica que todas as câmaras técnicas foram
143 recompostas. 2. Discussão e votação de alteração da DN CBH Paraopeba nº
144 XX /2026 que aprova o Plano Orçamentário Anual (POA) 2026. Rúbia
145 Manssur cumprimenta os presentes e se identifica como Diretora-geral da
146 Agência Peixe Vivo, destacando que sua apresentação tem como objetivo trazer
147 maior clareza sobre o instrumento de planejamento, bem como esclarecer
148 aspectos relacionados a contratos de gestão, e coloca-se à disposição para
149 esclarecimentos ao final. Ela informa que apresentará o arcabouço legal que
rege o contrato de gestão, o Plano Plurianual de Aplicação 150 (PAP) e o Plano
151 Orçamentário Anual (POA), além de abordar o compartilhamento de despesas
152 previsto na legislação, encaminhamento solicitado pela Câmara Técnica de
153 Planejamento (CTPLAN) e informa, ainda, que prestará esclarecimentos acerca
154 de questionamento sobre a contratação de escritório de advocacia prevista para
155 os próximos meses. Rúbia Manssur contextualiza o contrato de gestão, e
156 esclarece que se trata de instrumento firmado entre o IGAM e a Agência Peixe
157 Vivo, com interveniência do Comitê de Bacia, cujo objetivo é delegar à entidade
158 o exercício das funções de agência de bacia e explica que a Agência Peixe Vivo
159 é uma associação privada, responsável pela gestão financeira, técnica e
160 administrativa do Comitê, bem como pela gestão dos recursos oriundos da
161 cobrança pelo uso da água. A Diretora-geral informa que o PAP, já aprovado

162 pelo Comitê, corresponde ao planejamento plurianual de investimentos na bacia,
163 definindo os programas e projetos priorizados no Plano de Recursos Hídricos do
164 Paraopeba (92,5%), e explica que o POA corresponde ao planejamento de
165 custeio da entidade delegatária, representando 7,5% dos recursos da cobrança.
166 Ela detalha que o POA abrange despesas como pagamento de pessoal, sede do
167 Comitê, equipamentos e demais custos operacionais necessários ao
168 funcionamento da Agência e do CBH Paraopeba. Rúbia Mansur ressalta que
169 ambos os instrumentos estruturam a aplicação dos recursos. Diz que o POA
170 deve ser aprovado no exercício anterior para possibilitar a execução no exercício
171 subsequente e destaca que o planejamento se baseia em previsão de
172 arrecadação, o que o torna complexo, uma vez que se trata de recursos ainda
173 não arrecadados, cuja estimativa é realizada pelo IGAM e repassada à Agência.
174 Rúbia Mansur explica o funcionamento da Agência Peixe Vivo no contexto do
175 compartilhamento administrativo, informando que a entidade iniciou sua atuação
176 na Bacia do Rio das Velhas, expandindo posteriormente para a Bacia do São
177 Francisco e, atualmente, atua como entidade delegatária de dez bacias
178 hidrográficas e salienta que, em razão da insuficiência de recursos de uma única
179 bacia para manutenção da sua estrutura, foi adotado o modelo de agência única,
180 com gestão administrativa compartilhada e esclarece que, em termos de
181 investimento, os recursos arrecadados em cada bacia retornam exclusivamente
182 para a própria bacia, não havendo investimento de recursos do Paraopeba em
183 projetos de outras bacias. A Diretora-geral relata que, um dos impactos
184 decorrentes da não aprovação do POA do Paraopeba, foi a impossibilidade da
185 realização do aditivo contratual de fornecimento de material de escritório e
186 limpeza, o que levou à interrupção do serviço e à necessidade de nova licitação,
187 demonstrando que os instrumentos de planejamento são interligados e que a
188 não aprovação impacta diretamente à execução administrativa de toda a
189 Agência. Ela reconhece as dúvidas levantadas pela Câmara Técnica de
190 planejamento, por isso afirma que a Agência tem reavaliado procedimentos a
191 partir desses questionamentos. Destaca que o procedimento de rateio possui
192 respaldo normativo, incluindo o decreto estadual nº 49.023 e pontua que,
193 individualmente, alguns comitês não têm capacidade de sustentar a estrutura de
194 uma entidade equiparada de forma isolada. Rúbia Mansur enfatiza que bacias
195 com maior arrecadação contribuem proporcionalmente mais, mantendo o
196 princípio da equidade e destaca que todo o processo de rateio é devidamente
197 rastreável, com registro dos percentuais aplicados por comitê em cada despesa,
198 seguindo diretrizes originadas no IGAM e garantindo transparência e controle.
199 Informa que a Agência está estruturando um núcleo de controle interno, com o
objetivo de fortalecer ainda mais os mecanismos de 200 governança. A Diretora201
202 geral presta esclarecimentos em resposta a apontamentos da CTPLAN acerca
203 do custo e da estrutura do setor jurídico e informa que, anteriormente, a Agência
204 contava com advogados internos contratados sob regime CLT, mas foi
205 identificado que o custo dessa estrutura estava elevado em relação à capacidade
206 de resposta às demandas e explica que diante desse cenário, a Agência realizou
207 um estudo técnico que orientou a reestruturação do modelo, com a manutenção
208 de uma profissional jurídica interna e a abertura de processo licitatório para
209 contratação de um escritório de advocacia, nos moldes adotados para outros
210 serviços terceirizados, como a contabilidade. Rúbia Mansur destaca que todas
211 as contratações da Agência ocorrem por meio de processo licitatório e detalha a
212 amplitude e a complexidade das atribuições do setor jurídico, que envolvem
213 emissão de pareceres, análise de termos de referência, elaboração e revisão de
214 contratos, atuação em processos licitatórios, respostas a órgãos de controle,
215 acompanhamento de demandas judiciais, atuação em TAC, além de atividades
216 de governança, como código de ética, compliance e programa de integridade. A
217 Diretora-geral destaca que o valor estimado para a contratação do escritório de
advocacia reflete a complexidade e o volume das atividades demandadas, sendo

218 compatível com o mercado e reforça que toda a documentação está disponível
219 para consulta. Ela propõe a criação de uma rotina periódica de apresentação das
220 informações para o CBH, sugerindo encontros trimestrais, para exposição
221 objetiva do andamento das contratações e status dos principais processos.
222 Rúbia Mansur esclarece que a análise técnica das propostas jurídicas é
223 conduzida pela equipe de licitação da Agência, composta por profissionais com
224 experiência jurídica em licitações e, destaca que, quando necessário, a Agência
225 constitui comissões técnicas específicas, mas que, nesse caso, a análise
226 permanece na equipe de licitação devido à sua expertise. O presidente, Heleno
227 Maia, esclarece que houve equívoco quanto ao encaminhamento do processo
228 de análise do POA para a CTPLAN quando a indicação correta seria pelo envio
229 da matéria ao Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão (GACG),
230 ressaltando, porém, o respeito e a relevância do trabalho desenvolvido pela
231 CTIOAR e expressa preocupação quanto às despesas com pessoal da Agência
232 Peixe Vivo previstas no orçamento. Nesse contexto, pontua que, solicitou à
233 Agência Peixe Vivo a apresentação da relação detalhada de cargos existentes,
234 respectivos ocupantes, valores de remuneração e forma de ingresso, informação
235 que, não foi encaminhada até o momento. O presidente esclarece que a negativa
236 recebida se fundamentou na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD),
237 porém ressalta que, conforme entendimento manifestado pelo Tribunal de
238 Contas do Estado de Minas Gerais, o Comitê, enquanto parte e corresponsável
239 pela gestão dos recursos, possui direito de acesso a essas informações,
240 cabendo ao colegiado a responsabilidade pela guarda e pelo uso adequado dos
241 dados, sem sua divulgação indevida. Heleno Maia reforça que o controle dessas
242 informações é essencial para o exercício da função fiscalizatória do Comitê,
243 sobretudo considerando o volume de recursos públicos envolvidos e destaca,
244 ainda, que irá reiterar formalmente a solicitação da documentação. O presidente
245 manifesta posicionamento pessoal contrário ao compartilhamento de recursos
246 financeiros da bacia do Rio Paraopeba com outros comitês, ainda que reconheça
247 a legalidade do procedimento e ressalta que a bacia do Paraopeba apresenta
248 elevado grau de impacto ambiental e demanda atenção prioritária e deixa
249 registrado que o Plano Orçamentário Anual somente voltará a ser submetido à
apreciação do plenário quando todas as informações 250 consideradas necessárias
251 pelo Comitê forem devidamente disponibilizadas. Júlio Nunes informa tratar-se
252 de sua primeira participação em reunião do Comitê e questiona a acerca da
253 existência de um canal institucional ou portal específico destinado aos
254 conselheiros, por meio do qual seja possível acessar as peças técnicas
255 apresentadas, os pareceres de auditoria e o detalhamento orçamentário. O
256 conselheiro destaca a necessidade de distinção objetiva entre valores
257 destinados a custeio e a investimento, informação que, segundo relata, não ficou
258 suficientemente clara na exposição. Júlio Nunes também manifesta preocupação
259 em relação ao aumento da folha de pagamento, questionando se houve
260 ampliação do quadro de pessoal, rescisões contratuais ou outras alterações que
261 justifiquem a variação observada e ressalta a importância de que tais
262 informações constem formalmente em nota explicativa que acompanha o
263 orçamento, de modo a subsidiar a análise dos conselheiros. Por fim, afirma que
264 lhe causa preocupação o relato de restrições de acesso à informação
265 apresentado pela Presidência do Comitê, enfatizando que a ausência de acesso
266 pleno e detalhado às contas compromete a segurança necessária para a
267 deliberação. Andréa de Oliveira informa que possui questionamentos que
268 poderão ser esclarecidos posteriormente pela entidade e retoma a questão do
269 rateio das despesas administrativas, anteriormente mencionada por Rúbia
270 Mansur, destacando que a metodologia de divisão não está suficientemente
271 clara e embora seja compreendido que os comitês com maior arrecadação
272 contribuem proporcionalmente com valores mais elevados, não está
273 demonstrado de forma objetiva qual é a participação de cada comitê no rateio e

274 que a ausência de detalhamento dificulta a compreensão integral do modelo
275 adotado. Ela enfatiza que o Contrato de Gestão estabelece a obrigatoriedade de
276 prestação de contas semestral, com detalhamento das despesas realizadas e
277 avalia que o principal desafio identificado não está na inexistência dos
278 dispositivos normativos, mas na necessidade de exigir a efetiva aplicação do que
279 já está previsto contratualmente. A conselheira acrescenta que também foi
280 solicitada, em reunião anterior com o IGAM e a Agência Peixe Vivo, a
281 apresentação de um cronograma dos processos de contratação, de modo a
282 permitir maior previsibilidade e explica que, quando se anuncia uma contratação,
283 cria-se a expectativa de sua conclusão em curto prazo, quando, na prática, os
284 processos licitatórios demandam períodos significativamente longos, incluindo
285 fases de análise técnica, recursos administrativos e formalização contratual.
286 Andréa de Oliveira explica que a ausência de acompanhamento semestral e de
287 prestação de contas compromete a segurança do processo deliberativo. Ela
288 ressalta que a navegação e a localização dos documentos nos sites são
289 complexas, o que dificulta o acompanhamento pelos conselheiros. Andréa de
290 Oliveira defende que sejam divulgadas as informações de salário, ao menos por
291 cargo, de forma que permitam compreender o aumento significativo observado
292 na folha de pagamento, especialmente diante da inexistência de novos
293 processos seletivos. Winston Caetano destaca que a dificuldade de localização
294 de dados nos sítios eletrônicos do Comitê e da Agência Peixe Vivo é
295 compartilhada por outros membros do colegiado. Ele questiona, ainda, se a
296 adoção da margem de segurança, é aplicada de forma padronizada a todos os
297 comitês ou se há critérios específicos para cada caso. Winston Caetano
298 questiona sobre a auditoria contratada pela Agência Peixe Vivo para verificação
299 de suas contas e solicita que sejam prestados esclarecimentos ao plenário

300 diz que a partir
301 das manifestações realizadas, torna-se evidente a necessidade de
302 aprimoramento na forma de repasse das informações pela Agência Peixe Vivo,
303 destacando a relevância da proposta apresentada quanto ao envio periódico de
304 informações, preferencialmente por meio do GACG, para posterior
305 compartilhamento com o plenário. O conselheiro defende a necessidade de
306 amadurecimento da relação institucional, com base no diálogo, na transparência
307 e no compartilhamento tempestivo das informações, reconhecendo a
308 capacidade técnica, a seriedade e a experiência da Agência Peixe Vivo em
309 outros comitês, onde também é conselheiro. Gabriela Andersen ressalta que,
310 embora a Agência Peixe Vivo seja uma entidade privada, exerce função
311 delegada de natureza pública, o que a submete, além das disposições da LGPD,
312 aos princípios e às regras da Lei de Acesso à Informação e avalia que o acesso
313 dos conselheiros aos dados relativos à gestão financeira e orçamentária constitui
314 direito legítimo do colegiado. A conselheira informa que sente-se desconfortável
315 em deliberar sobre a aprovação do orçamento, mesmo reconhecendo a
316 necessidade de cumprimento dos prazos legais e ressalta que no caso dos
317 salários foi observado o dobro do valor anteriormente previsto, o que demanda
318 justificativas claras. Altino Rodrigues expressa que a seu ver, não há ausência
319 de transparência por parte da Agência Peixe Vivo, uma vez que as informações
320 debatidas encontram-se disponibilizadas no sítio eletrônico institucional, mas
321 avalia que há fragilidades na comunicação e na assertividade da interlocução
322 entre a Agência Peixe Vivo, a diretoria e o plenário, o que entende ser o principal
323 ponto a ser aprimorado e aborda a preocupação manifestada quanto ao aumento
324 das despesas com pessoal, que passaram de aproximadamente um milhão para
325 cerca de dois milhões de reais. O conselheiro contextualiza, com base em sua
326 experiência, o histórico do modelo de gestão compartilhada, e ressalta que esse
327 modelo foi fundamental para a manutenção dos comitês afluentes em Minas
328 Gerais durante o período de contingenciamento de recursos estaduais. Recorda
329 que participou ativamente das articulações institucionais e judiciais que

330 culminaram em acordo para retomada dos repasses, destacando que, à época,
331 comitês como os do Rio das Velhas e do Pará não dispunham de recursos
332 suficientes para manter suas atividades, tendo sido amparados pela estrutura do
333 São Francisco. Altino Rodrigues destaca a importância da integração para
334 garantir a continuidade e a entrega hídrica até a foz. O conselheiro informa que
335 ocorrerá, na sexta-feira, dia 27, encontro dos comitês afluentes do São
336 Francisco, com participação de todos os comitês da bacia e da Agência Nacional
337 de Águas e Saneamento Básico (ANA), com foco na integração, ressaltando o
338 princípio da solidariedade interfederativa, no qual, em momentos distintos, os
339 comitês se apoiam mutuamente, sem que isso represente a destinação de
340 recursos de investimento de uma bacia para outra, mas sim o compartilhamento
341 da gestão administrativa. Altino Rodrigues faz elogios ao parecer da CTPLAN,
342 ressaltando a pertinência das questões levantadas. O conselheiro defende que
343 o aprofundamento das discussões e prestação de contas já ocorre no âmbito do
344 GACG e destaca como relevante a sugestão apresentada pela conselheira
345 Andréa de Oliveira quanto à definição de cronogramas indicativos dos processos
346 de contratação, ainda que reconheça a dificuldade de prever prazos com
347 absoluta precisão. O conselheiro manifesta o interesse em obter conhecimento
348 formal acerca de eventual parecer, nota técnica ou manifestação do Tribunal de
349 Contas do Estado sobre as questões discutidas. Altino Rodrigues explica sobre
350 comitês federais,
351 informando que houve retenção de cerca de 30% dos recursos no exercício
352 anterior e que há previsão de novo contingenciamento. Heleno Maia retoma a
353 palavra e informa que responde a procedimento instaurado pelo Ministério
354 Público, decorrente de seu posicionamento crítico em relação ao POA,
355 esclarecendo que em nenhum momento houve acusação direcionada à Agência
356 Peixe Vivo ou a qualquer outro ente, mas apenas a busca por esclarecimentos
357 quanto à possibilidade de responsabilização administrativa ou criminal dos
358 membros do Comitê, caso houvesse eventual uso inadequado de recursos
359 públicos e relata que buscou o Tribunal de Contas do Estado para compreender
360 essa responsabilidade. O Presidente aponta que, embora não exista documento
361 formalizado até o momento, foi orientado de que eventual consulta formal
362 poderia resultar em entendimento vinculante, aplicável a todos os comitês.
363 Guilherme Oliveira informa que participou, juntamente com a diretoria, da
364 reunião realizada no TCE/MG, ocasião em que elaborou uma memória do
365 encontro e que a mesma pode ser compartilhada com todos, pois esta arquivada
366 com o presidente. O Conselheiro esclarece que os representantes do Tribunal
367 os atenderam e apresentaram impressões iniciais acerca das dúvidas
368 levantadas, ressaltando, contudo, que os técnicos foram enfáticos ao afirmar que
369 não podem emitir qualquer documento sem a formalização de consulta, uma vez
370 que todos os posicionamentos oficiais do Tribunal somente se dão mediante
371 consulta formal. Guilherme Oliveira explica que surgiu dúvidas quanto à
372 legitimidade para formulação dessa consulta; se deveria partir diretamente do
373 Comitê ou se deveria ser encaminhada por intermédio do IGAM ou da SEMAD
374 e relata que houve entendimento preliminar de que o Comitê poderia formular a
375 consulta, ponderando, entretanto, que tal iniciativa poderia implicar diversas
376 consequências institucionais. Heleno Maia fala que foi encaminhado ofício para
377 Agência Peixe Vivo pedindo informações, porém como resposta obteve a
378 orientação para consulta ao site, o que não atendeu à necessidade de
379 esclarecimentos solicitados pela Diretoria do Comitê. Robson dos Santos avalia
380 que a discussão em torno do POA é legítima e pode gerar insegurança,
381 considerando que os conselheiros possuem formações e expertises distintas e
382 reforça a importância de ouvir os esclarecimentos técnicos dos entes
383 responsáveis e enfatiza que o Comitê de Bacia e a Agência de Bacia não são
384 instâncias concorrentes e sim interdependentes. O conselheiro manifesta seu
385 interesse em ouvir, além da Agência Peixe Vivo, a área técnica do IGAM,

386 especialmente a GEAB, no que se refere à lógica do compartilhamento e rateio
387 dos custos administrativos, pois esse modelo está relacionado à sustentabilidade
388 e à otimização da gestão dos recursos. Heleno Maia ressalta que deve observar
389 estritamente o Regimento Interno do Comitê na condução dos trabalhos,
390 inclusive, os artigos aplicáveis às inscrições para uso da palavra e diz que o Igam
391 não se inscreveu previamente e concede a palavra à Diretora-geral da Agência
392 Peixe Vivo. Rúbia Mansur, agradece ao plenário pela oportunidade de
393 esclarecimento e informa que no site institucional da Agência Peixe Vivo
394 encontra-se disponível planilha contendo a relação de cargos, número de
395 funcionários com esses cargos e os valores totais pagos por categoria. Ressalta
396 que os processos seletivos da Agência seguem critérios públicos, com
397 divulgação dos cargos e respectivas remunerações nos termos de referência dos
398 concursos, excetuando-se os cargos de diretoria, que são de livre nomeação e
399 afirma não concordar com a mencionada ausência de transparência institucional,
400 projetos, os gastos com
401 custeio e demais informações encontram-se disponíveis e são apresentados em
402 todas as instâncias solicitadas. Esclarece que a Agência Peixe Vivo elaborou
403 plano de cargos e salários, com base em estudos comparativos com outras
404 entidades similares, informando que a maioria das remunerações encontra-se
405 dentro ou abaixo da média de mercado, mas afirma que não há distorções
406 salariais indevidas. Concorde que há necessidade de aprimorar a comunicação
407 e destaca que a Agência Peixe Vivo já adota, em outros comitês, como o do Rio
408 São Francisco, uma rotina periódica de prestação de contas no âmbito das
409 plenárias, sugerindo que esse modelo seja adotado também no CBH Paraopeba.
410 Gabriel Reis elucida a todos que a deliberação em curso refere-se ao POA,
411 instrumento voltado exclusivamente ao custeio administrativo, e não aos
412 investimentos, os quais permanecem integralmente vinculados à bacia do
413 Paraopeba e ressalta que o compartilhamento do custeio entre comitês não
414 configura ilegalidade. Ohany Ferreira apresenta a contextualização acerca do
415 ofício encaminhado pela Presidência em 3 de dezembro de 2025, às 14h25,
416 solicitando informações diversas para reunião conjunta do GACG e a Diretoria
417 do comitê, que seria realizada no dia seguinte e explica que, diante do curto
418 intervalo de tempo disponível, foi elaborada resposta possível naquele contexto.
419 A Gerente de Integração esclarece que, no ofício-resposta, foi encaminhado link
420 direto para a planilha disponível no site institucional, permitindo acesso imediato
421 às informações solicitadas. Fala que como dito pelo Presidente, nem a Diretoria
422 nem o GACG consideraram adequada a forma de resposta, porém essa questão
423 não havia sido formalizada à Agência Peixe Vivo anteriormente. Ohany Ferreira
424 esclarece que, anteriormente, o site institucional apresentava a identificação
425 nominal dos cargos e respectivas remunerações, porém, em razão da
426 adequação à LGPD, a divulgação passou a ocorrer de forma agregada, como já
427 explicado, tendo em vista que à luz da LGPD a divulgação ou o
428 compartilhamento de dados pessoais deve observar os princípios da finalidade,
429 necessidade e minimização, limitando-se ao estritamente necessário para o
430 atendimento do interesse público. Gabriela Andersen informa que o item em
431 discussão vem sendo pautado em reuniões anteriores e que, no entendimento
432 do colegiado, a solicitação dirigida à Agência Peixe Vivo é por maior
433 transparência e ressalta que, caso o desconforto apresentado pela Agência
434 esteja relacionado à LGPD, existe arcabouço normativo adicional que ampara a
435 obrigação de disponibilização das informações ao Comitê, trazendo
436 tranquilidade quanto à possibilidade de atendimento da demanda institucional.
437 Ohany Ferreira esclarece que essa é a primeira reunião que o POA é objeto de
438 discussão e esclarece que, caso o formato disponibilizado das informações não
439 esteja adequado, poderá ser avaliada a melhor forma de ajuste. Em resposta a
440 Andréa e Winston, Ohany Ferreira manifesta que, para aprimoramentos no
441 portal/site institucional, é necessário que o Comitê aponte objetivamente quais

442 aspectos não estão claros, pois, sem esse direcionamento, torna-se difícil
443 realizar ajustes efetivos. Cita como exemplo apontamento anterior da Andréa
444 relativo à planilha de controle de gastos com viagens, informando que todos os
445 ajustes solicitados foram feitos prontamente. Ohany Ferreira reforça a
446 diferenciação entre custeio (7,5%) e investimento (92,5%), salientando que o
447 modelo de compartilhamento se aplica apenas ao custeio administrativo. Ohany
448 Ferreira aponta uma experiência recente em plenário de outro comitê, no qual
449 foi realizada apresentação detalhada da estrutura de pessoal da Agência e
450 o CBH Paraopeba.

451 André Rodrigues, Coordenador Administrativo da Agência Peixe Vivo, informa
452 que diversas questões já foram respondidas ao longo da reunião, inclusive
453 quanto à existência de canal/portal de acesso e à distinção entre custeio e
454 investimento, reforçando que o debate em curso se refere ao custeio. Quanto à
455 solicitação de “nota explicativa” diante do aumento na rubrica de folha, esclarece
456 que são produzidas notas e relatórios financeiros/gerenciais com caráter
457 explicativo e que não há impedimento em aprimorar a construção de
458 esclarecimentos adicionais. Ele informa que a projeção de receita utilizada para
459 elaboração de cenários (otimista, pessimista e realista) é baseada na receita
460 bruta repassada pelo IGAM e, relativo ao aumento da folha de pagamento,
461 esclarece que ocorre frustração orçamentária no âmbito federal e que, no
462 contexto de “agência única”, realiza-se absorção e redistribuição do impacto
463 onde há disponibilidade financeira e orçamentária, citando o Paraopeba nesse
464 contexto e esclarece que tal redistribuição é feita observando a legalidade e os
465 parâmetros normativos do custeio, incluindo o percentual de 7,5%, bem como
466 margens de segurança e superávits. André Rodrigues afirma que o trabalho
467 financeiro é conduzido com seriedade e responsabilidade, e reconhece que
468 eventuais ruídos de comunicação podem ser aperfeiçoados, destacando que o
469 objetivo institucional é garantir a aprovação do instrumento e a continuidade dos
470 trabalhos. Gabriel Reis questiona se o aumento observado na folha de
471 pagamento decorre, principalmente, da redistribuição de custos associada ao
472 contingenciamento ocorrido na bacia do São Francisco e indaga, ainda, se,
473 nesse cenário, no exercício seguinte não haveria a mesma distorção percentual
474 na folha de pagamento. Germano Luíz solicita esclarecimentos quanto ao
475 respaldo jurídico mencionado pela Agência Peixe Vivo para a adoção do modelo
476 de compartilhamento das despesas administrativas. André Rodrigues esclarece
477 que a legalidade decorre, primeiramente, da observância do limite de 7,5% para
478 custeio, previsto na legislação aplicável, bem como das disposições expressas
479 no Contrato de Gestão, que autorizam o compartilhamento das despesas
480 administrativas ressalvados os recursos destinados a investimento, os quais não
481 são objeto de compartilhamento, conforme já esclarecido anteriormente.

482 Germano Luíz pergunta qual mercado foi utilizado como referência para a
483 comparação salarial no estudo mencionado por Rúbia Mansur. Manifesta
484 insegurança em relação à deliberação, especialmente diante do aumento de
485 valores previsto na folha de pagamento, embora reconheça que existe
486 explicação técnica. Heleno Maia informa que compreende a preocupação e
487 sugere ouvir a Agência Peixe Vivo quanto à possibilidade de retirada do ponto
488 de pauta. Pedro Américo declara compartilhar da preocupação apresentada,
489 afirmando não se sentir seguro para votar, especialmente em relação às
490 despesas com folha de pagamento, cujo valor praticamente duplicou. Francisco
491 de Assis destaca que, embora o foco do debate esteja na folha de pagamento,
492 o custeio administrativo como um todo é indispensável para o funcionamento do
493 Comitê. Ele menciona despesas como aluguel, internet, energia, transporte e
494 outros custos operacionais. O Conselheiro sugere que a Agência Peixe Vivo
495 avalie caminhos mais ágeis e pragmáticos para apresentação das informações,
496 de modo a minimizar os questionamentos dos conselheiros, reforçando que as
497 dúvidas se concentram majoritariamente na folha de pagamento, sem

498 desconsiderar os demais custos de custeio necessários ao cumprimento das
499 metas e atividades do Comitê Paraopeba

500 mantendo o valor

501 empenhado em salário aprovado em 2024. Propõe, ainda, que o valor restante
502 seja apreciado em votação em reunião ordinária ou extraordinária posterior, após
503 a apresentação do restante do material solicitado. Júlio Nunes manifesta-se
504 sobre as implicações negativas decorrentes da ausência de aprovação do
505 orçamento. O conselheiro avalia que a apresentação de um relatório analítico
506 detalhado da rubrica de custeio administrativo poderia proporcionar maior
507 segurança ao plenário e propõe a aprovação do orçamento por um período
508 determinado, de três ou seis meses, até que todo o processo seja devidamente
509 esclarecido. Robson dos Santos solicita, novamente, a oportunidade para que o
510 corpo técnico do IGAM se manifeste a respeito das dúvidas apresentadas pelo
511 plenário. Heleno Maia solicita que o plenário decida se deve ou não ouvir os
512 membros da GEAB presentes, mesmo sem inscrição prévia. Não havendo
513 manifestações contrárias, a proposta é aprovada por unanimidade. Michael
514 Jacks, representante da GEAB, afirma que a discussão sobre o POA é
515 imprescindível, considerando que esse instrumento é relativamente novo no
516 âmbito da gestão de recursos hídricos e destaca que esta é a primeira vez que
517 se observa um debate amplo e o envolvimento de todo o Comitê em torno do
518 assunto. O representante técnico do IGAM reforça que todas as manifestações
519 apresentadas são pertinentes e contribuem para o aperfeiçoamento do
520 instrumento, reiterando as considerações feitas por Altino Rodrigues acerca do
521 compartilhamento de recursos, da integração entre as instâncias e da relevância
522 desses aspectos para a gestão de recursos hídricos. Michael Jacks esclarece as
523 regras específicas relativas ao compartilhamento de recursos, retomando a
524 manifestação de Rúbia Manssur sobre a distinção entre custeio e investimento,
525 destacando que apenas as despesas de custeio podem ser compartilhadas e
526 explica que diferentes critérios podem ser adotados, como a proporcionalidade
527 em relação à arrecadação. Aponta, contudo, exceções, como o aluguel da sede
528 do Comitê, que não pode ser objeto de compartilhamento, sendo uma despesa
529 exclusiva do CBH Paraopeba e esclarece, ainda, que a definição de valores da
530 folha de pagamento é objeto de ampla discussão desde a edição do primeiro
531 decreto, em 2019 e explica que o entendimento adotado é de que não compete
532 ao Estado definir a estrutura ou a força legal de uma entidade privada, ainda que
533 esta receba recursos públicos, tendo sido estabelecido como mecanismo de
534 controle um teto salarial correspondente ao limite constitucional e acrescenta
535 que, desde que observados o limite legal e as regras de mercado, os salários
536 podem ser definidos conforme os procedimentos internos da entidade. Quanto à
537 cobrança pelo uso da água, informa que os dados são disponibilizados no
538 momento da geração do boleto e complementa que a cobrança é realizada no
539 mês de junho, tendo como base de cálculo o volume de uso referente ao ano
540 anterior, e sendo boleto gerado a informação é passada para a entidade
541 delegatária. Ele menciona o marco da aprovação do POA, e os efeitos negativos
542 de sua não aprovação dentro do prazo. Rúbia Manssur aponta que toda essa
543 discussão é uma evolução que será internalizada e explica que a abertura de
544 dados não é um problema, mas que nesse momento não é possível, e pede um
545 tempo para organização e a melhor forma de apresentação em uma próxima
546 plenária. Gabriel Reis esclarece que os valores referentes à folha de pagamento
547 da Agência Peixe Vivo encontram-se disponíveis para consulta pública no sítio
548 eletrônico da instituição, ressaltando que a principal preocupação reside nos
549 critérios utilizados para a definição do montante global apresentado no POA

550 e propõe que seja

551 deliberada a aprovação parcial do orçamento, com a autorização de um valor
552 inferior, garantindo a continuidade das atividades essenciais, ficando o montante
553 remanescente condicionado à apresentação detalhada posterior, ocasião em

554 que seria submetido a nova deliberação. André Rodrigues complementa que o
555 POA contempla tanto valores já contratados quanto despesas futuras,
556 ponderando que a apresentação de um detalhamento adicional poderá conferir
557 maior segurança aos conselheiros e sugere que seja avaliado quais itens
558 demandam aprovação imediata para evitar paralisação das atividades
559 administrativas, permanecendo os demais para análise pormenorizada em
560 momento oportuno. Rúbia Mansur concorda com a proposta apresentada,
561 destacando situações operacionais que se encontram comprometidas pela
562 ausência de deliberação orçamentária, como contratos em andamento, e
563 entende que a autorização parcial poderia mitigar tais impactos. Adilson Ramos
564 manifesta-se favoravelmente à proposta de aprovação parcial, mencionando
565 experiências observadas em outros comitês de bacia, nos quais as despesas
566 também são apresentadas de forma estratificada, incluindo salários e demais
567 encargos. Arnaldo Freitas reconhece a pertinência da proposta apresentada,
568 entretanto levanta questionamento de ordem legal quanto aos impactos da
569 aprovação parcial do orçamento sobre o pagamento das obrigações da Agência
570 Peixe Vivo, especialmente no que se refere à remuneração dos colaboradores.
571 Gabriel Reis esclarece que a principal preocupação não se refere ao valor
572 absoluto da folha de pagamento, mas à insegurança quanto às informações
573 compartilhadas, uma vez que os dados dizem respeito não apenas ao Comitê do
574 Rio Paraopeba, mas também a outros comitês assessorados pela Agência Peixe
575 Vivo e ressalta que a folha de pagamento global da Agência abrange diferentes
576 comitês, incluindo o CBHSF, não se tratando, portanto, de uma folha exclusiva
577 do Paraopeba. O conselheiro afirma que a sugestão apresentada visa
578 estabelecer um valor de referência baseado na folha de pagamento. Esclarece
579 que o valor não aprovado naquele momento deve ser objeto de deliberação
580 posterior, não havendo impedimento legal para remanejamentos entre rubricas,
581 desde que observadas as normas vigentes, e enfatiza que a proposta representa
582 um acréscimo aproximado de 30% em relação ao exercício anterior. Michael
583 Jacks esclarece que o POA configura uma autorização formal para a entidade
584 equiparada realizar novas contratações, destacando que a não aprovação do
585 POA não impede o funcionamento da Agência com os recursos já existentes do
586 Paraopeba, uma vez que permanecem válidos os contratos e vínculos firmados
587 em exercícios anteriores e ressalta, contudo, que, sem a aprovação do POA, a
588 Agência fica impedida de celebrar novos contratos administrativos ou realizar
589 novas contratações. Explica ainda que a execução dos recursos deve observar
590 estritamente os limites aprovados no POA, não sendo permitido gastar valores
591 superiores aos autorizados, mesmo que haja arrecadação maior. Heleno Maia
592 sugere que o valor destinado ao custeio seja mantido nos patamares do exercício
593 anterior. Rúbia Mansur pondera que seria razoável considerar aplicação de
594 correção inflacionária, sugerindo um reajuste atrelado ao IPCA, ou,
595 alternativamente, um acréscimo moderado entre 10% e 15%. André Rodrigues
596 esclarece que não possui, nesse momento, o detalhamento técnico completo,
597 uma vez que levou à reunião apenas a apresentação síntese, mas se coloca à
598 disposição para apresentar, em reunião posterior, a abertura detalhada item a
599 item da folha de pagamento e esclarece que a aprovação parcial do valor, como
600 tendo em vista que
601 os custos apresentados são anuais, permitindo prazo adequado para nova
602 deliberação sem prejuízo às partes envolvidas. Heleno Maia propõe que a
603 deliberação referente ao valor em discussão seja adiada para a próxima uma
604 reunião extraordinária, que seria no dia 1º de abril, de modo a viabilizar a
605 apresentação detalhada das informações solicitadas e esclarece que tal
606 encaminhamento permitiria o prosseguimento das atividades da Agência Peixe
607 Vivo, evitando prejuízos operacionais, ao mesmo tempo em que assegura ao
608 Plenário melhores condições para deliberar de forma fundamentada na reunião
609 seguinte. Gabriel Rei insiste na proposta de deliberação parcial, esclarecendo

610 que a insuficiência de informações se concentra, especialmente, na composição
611 da folha de pagamento e sugere que seja deliberada, naquele momento, a
612 aprovação de 50% do valor previsto para a folha, ficando os outros 50%
613 condicionados à apresentação e ao esclarecimento das informações detalhadas,
614 com posterior retorno do tema para deliberação do Plenário. A proposta recebe
615 manifestações favoráveis quanto à conveniência de garantir continuidade
616 administrativa e, simultaneamente, permitir prazo para obtenção e análise de
617 dados complementares. O Presidente coloca em votação a proposta de
618 aprovação do POA com 50% do valor exato da folha de pagamento, ficando o
619 restante (outros 50%) para discussão e deliberação na próxima reunião plenária,
620 condicionado à apresentação das informações detalhadas e inicia a coleta
621 nominal dos votos. Ao final, o presidente declara a proposta aprovada,
622 registrando o resultado de 21 votos favoráveis e 01 abstenção, do Município de
623 Igarapé, justificando não se sentir confortável para deliberar diante de dúvidas
624 quanto à possibilidade de aplicação de instrumentos como
625 aditivos/suplementações em peça orçamentária, por envolver regras específicas
626 de direito financeiro e orçamentário. 6. Assuntos Gerais. Heleno Maia informa
627 haver apenas mais uma inscrição para fala, do Município de Congonhas, e
628 concede a palavra ao representante. Thelma Luma, servidora efetiva do
629 Município de Congonhas e atual Diretora de gestão ambiental da Secretaria
630 Municipal de Meio Ambiente, solicita apoio do CBH Paraopeba, destacando que
631 o município possui intensa atividade minerária e encontra-se sob influência de
632 grandes empreendimentos. Relata o agravamento de quadro de escassez
633 hídrica, especialmente no Distrito/Bairro Pires, onde passaram a ocorrer
634 períodos recorrentes de desabastecimento, situação até então incomum no
635 município e informa que, quando o fornecimento é restabelecido, há registros
636 pontuais de água com aspecto turvo e esclarece que a captação responsável
637 pelo abastecimento da comunidade localiza-se em área sob influência direta de
638 empreendimento minerário, o que demanda atenção quanto à disponibilidade e
639 à qualidade dos recursos hídricos. Ela acrescenta que o município vem
640 estruturando instrumentos de gestão ambiental que identificou a concentração
641 de suas reservas hídricas em regiões igualmente pressionadas por atividades
642 minerárias. Diante desse cenário, solicita apoio do Comitê para a elaboração de
643 plano de segurança hídrica, visando subsidiar ações de proteção, planejamento
644 e gestão sustentável do abastecimento. Heleno Maia registra que já tem
645 conhecimento da situação relatada e reforça a urgência do tema, considerando
646 a criticidade do abastecimento humano e propõe a realização de reunião e visita
647 técnica no município, com participação de comissão do Comitê, da comunidade,
648 da prefeitura, do empreendimento minerário e de instituições competentes, com
649 vistas à busca de solução viável e ao restabelecimento do abastecimento de
650 manifesta apoio à
651 demanda apresentada e esclarece que o empreendimento Ferro Mais se
652 encontra em processo de novo licenciamento, sugerindo que a empresa seja
653 convidada a prestar esclarecimentos ao Comitê, dada a sensibilidade do
654 território e a relação direta com a pauta apresentada pelo Município de
655 Congonhas. Natália Aleixo reforça a relevância do tema, mencionando que a
656 área de nascente que contribui para o abastecimento da comunidade encontra-se
657 em contexto de proposta de expansão de atividades minerárias, o que
658 demandaria atenção especial do Comitê e relata, ainda, a necessidade de
659 atuação institucional diante da gravidade do desabastecimento e de seus
660 impactos à população local. Como encaminhamento, o presidente propõe que,
661 após o feriado, seja organizada visita técnica ao Município de Congonhas, com
662 reunião inicial na sede da prefeitura, em sala a ser disponibilizada, seguida de
663 deslocamento para reconhecimento do local relacionado à nascente e ao
664 abastecimento da comunidade e registra que a participação será aberta aos
665 conselheiros interessados e que, caso necessário, serão avaliadas alternativas

666 logísticas para viabilizar o deslocamento do grupo. O presidente informa, ainda,
667 que será encaminhado convite ao empreendimento minerário para participação
668 na agenda proposta. 7. Encerramento. O Presidente declara encerrada a 67ª
669 plenária ordinária. A ata foi lavrada por mim, Elaine de Oliveira (Agência Peixe
670 Vivo), que após ser enviada para os conselheiros será aprovada na reunião
671 seguinte. Betim, 25 de março de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Heleno Maia Santos Marques do Nascimento**,
Presidente(a), em 01/06/2026, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art.
6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **141149675** e
o código CRC **0BEE5258**.

Referência: Processo nº 2240.01.0000820/2026-75

SEI nº 141149675